



II
S É R I E

DIÁRIO DA REPÚBLICA

APÊNDICE N.º 106/98

SUMÁRIO

Câmara Municipal de Águeda	3	Câmara Municipal de Esposende	31
Câmara Municipal de Almeida	3	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	33
Câmara Municipal de Alter do Chão	3	Câmara Municipal de Gondomar	33
Câmara Municipal da Amadora	3	Câmara Municipal de Gouveia	34
Câmara Municipal de Amarante	4	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	34
Câmara Municipal de Amares	4	Câmara Municipal de Lamego	34
Câmara Municipal de Arganil	4	Câmara Municipal de Leiria	34
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	4	Câmara Municipal de Mafra	35
Câmara Municipal de Aveiro	5	Câmara Municipal de Marvão	35
Câmara Municipal de Barrancos	19	Câmara Municipal da Mealhada	40
Câmara Municipal de Belmonte	20	Câmara Municipal de Mesão Frio	40
Câmara Municipal de Campo Maior	21	Câmara Municipal de Mirandela	53
Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães	22	Câmara Municipal de Montalegre	53
Câmara Municipal do Cartaxo	23	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	53
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	23	Câmara Municipal de Mortágua	53
Câmara Municipal de Castro Daire	26	Câmara Municipal de Moura	53
Câmara Municipal de Castro Verde	26	Câmara Municipal de Mourão	54
Câmara Municipal da Chamusca	27	Câmara Municipal da Murtosa	56
Câmara Municipal do Crato	31	Câmara Municipal de Odemira	57
Câmara Municipal de Espinho	31	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital	57



Câmara Municipal de Pedrógão Grande	57	Junta de Freguesia de Ferreira do Alentejo	102
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	57	Junta de Freguesia da Fuseta	102
Câmara Municipal da Praia da Vitória	58	Junta de Freguesia de Lobão	103
Câmara Municipal de Ribeira de Pena	58	Junta de Freguesia de Mafamude	103
Câmara Municipal de Sabrosa	58	Junta de Freguesia de Melides	103
Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa	81	Junta de Freguesia de Monte Abraão	103
Câmara Municipal de São Brás de Alportel	81	Junta de Freguesia de Odivelas	103
Câmara Municipal de Sátão	81	Junta de Freguesia de Palmela	103
Câmara Municipal do Seixal	82	Junta de Freguesia de Parreira	103
Câmara Municipal de Sever do Vouga	82	Junta de Freguesia de Pedrógão	104
Câmara Municipal de Silves	82	Junta de Freguesia de Pernes	104
Câmara Municipal de Sintra	83	Junta de Freguesia do Piaão	104
Câmara Municipal de Tarouca	83	Junta de Freguesia de Queijas	105
Câmara Municipal de Tavira	83	Junta de Freguesia de Reguengo Grande	105
Câmara Municipal de Tomar	86	Junta de Freguesia de Romeira	105
Câmara Municipal de Trancoso	89	Junta de Freguesia de Sabariz	106
Câmara Municipal de Vagos	89	Junta de Freguesia de Santa Clara de Louredo	107
Câmara Municipal de Vendas Novas	89	Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal	107
Câmara Municipal de Vieira do Minho	89	Junta de Freguesia de Santo Estêvão	108
Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	89	Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões	108
Câmara Municipal de Vila de Rei	95	Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Messines	109
Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão	95	Junta de Freguesia de São Vicente do Pigeiro	109
Câmara Municipal de Vila Verde	96	Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes	109
Junta de Freguesia de Alburnoa	96	Junta de Freguesia de Senhora da Saúde	109
Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos	96	Junta de Freguesia de Serra de Água	110
Junta de Freguesia de Assunção	97	Junta de Freguesia de Silves	110
Junta de Freguesia de Atiães	97	Junta de Freguesia da Tocha	110
Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia	99	Junta de Freguesia de Trigaches	110
Junta de Freguesia do Bacelo	99	Junta de Freguesia de Ul	111
Junta de Freguesia de Baixa da Banheira	99	Junta de Freguesia de Vale da Amoreira	111
Junta de Freguesia de Bogas de Cima	100	Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Braga	111
Junta de Freguesia de Caparica	100	Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	111
Junta de Freguesia de Carvoeiro	100	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures	111
Junta de Freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo	101	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré	113
Junta de Freguesia de Escariz (São Mamede)	101		

d) O preço das fotocópias (bem como de outros serviços e produtos) a pagar pelos utilizadores da biblioteca, será fixado pelo executivo camarário e constituirá receita da Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Omissões

a) A resolução de casos omissos no presente Regulamento é feita pela Câmara Municipal de Tomar.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série, nos termos da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 1/87.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO

Aviso n.º 4932/98 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos, se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo com Luísa Maria Silva Gonçalves Dias, auxiliar administrativo, pelo prazo de seis meses.

3 de Julho de 1998. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível.*)

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

Aviso n.º 4933/98 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se faz público que a Assembleia Municipal, em sessão de 30 de Junho de 1998, deliberou aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Vagos, proposta pela Câmara Municipal na sua reunião de 25 de Maio de 1998.

O objecto da alteração é o seguinte:

O Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Vagos foi aprovado pela Assembleia Municipal, em 27 de Fevereiro de 1998, tendo sido publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 22 de Abril de 1998, (apêndice n.º 51).

Prevê o artigo 28.º desse regulamento que as taxas de ocupação dos lugares (talhos, lojas e bancas) seriam aplicadas transitoriamente, enquanto não fosse revisto o actual Regulamento e Tabela de Taxa e Licenças.

Porém, na prática constatou-se que as referidas taxas deveriam ser mais elevadas em detrimento do valor-base de arrematação, havendo por isso necessidade de proceder-se às correspondentes adaptações regulamentares, por forma a serem criados incentivos à apresentação de proposta para a ocupação dos lugares do mercado municipal.

Por outro lado, constatou-se também que era necessário alterar o destino de algumas lojas e bancas reajustando-as aos interesses dos cidadãos.

Nestes termos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Alterar o artigo 28.º do Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Vagos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 22 de Abril de 1998 (apêndice n.º 51), o qual passará a ter a seguinte redacção:

Artigo 28.º

1 — Transitoriamente, enquanto não for revisto o actual Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Vagos, as taxas mensais a aplicar, referidas no artigo 17.º do presente Regulamento, serão fixadas pela Câmara Municipal no edital para a arrematação dos lugares.

2 — [...]

3 — Poderá ainda a Câmara Municipal proceder à arrematação dos lugares com base em taxas mensais mínimas de ocupação.

4 — Nos casos previstos no número anterior, as taxas mensais que vierem a ser apuradas na arrematação mantêm-se inalteráveis até ao termo do prazo da concessão.

2 de Julho de 1998. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

Rectificação n.º 631/98 — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que se procede à rectificação do aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 22 de Abril de 1998. Assim onde se lê «António dos Santos Gandarez», deve ler-se «Américo dos Santos Gandarez».

5 de Junho de 1998. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aviso n.º 4934/98 (2.ª série) — AP. — *Estrutura e organização dos serviços municipais e respectivo quadro de pessoal — 8.ª alteração. — Rectificação ao quadro de pessoal.* — Para os devidos efeitos, se torna público que o quadro de pessoal desta autarquia foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, apêndice n.º 64, de 14 de Maio de 1998, com as seguintes inexactidões:

Em todas as carreiras dos grupos de pessoal auxiliar, operário qualificado, semiquilificado e não qualificado os valores indicários mencionados no escalão 7 devem ser lidos como sendo correspondentes ao escalão 8 e vice-versa.

8 de Julho de 1998. — O Presidente da Câmara, *João Teresa Ribeiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

Aviso n.º 4935/98 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 1 de Junho de 1998, foi celebrado um contrato de trabalho a termo certo, com início a 1 de Julho de 1998, por um período de seis meses, com Ernesto Luís Carneiro Pinheiro, como terceiro-oficial administrativo, escalão 1, índice 180.

Este contrato será isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

1 de Julho de 1998. — O Presidente da Câmara, *Manuel Travessa de Matos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE POIARES

Edital n.º 124/98 — AP. — Jaime Carlos Marta Soares, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março:

Faz saber que após discussão pública promovida nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, e a Assembleia Municipal, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do mesmo Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, aprovaram definitivamente, respectivamente em reunião de 15 de Junho de 1998 e em sessão de 29 de Junho de 1998, o Regulamento do Ordenamento de Trânsito no Concelho de Vila Nova de Poiares que se publica em anexo na 2.ª série do *Diário da República*.

Para os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares do costume.

7 de Julho de 1998. — O Presidente da Câmara, *Jaime Carlos Marta Soares*.

Regulamento do Ordenamento de Trânsito no Concelho de Vila Nova de Poiares

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento municipal tem o seu suporte legal na alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 2/98, n.º 2, de 3 de Janeiro.